

REQUERIMENTO Nº_____, DE 2017

(Da Sra. Ana Perugini e outras)

Requer a realização de Sessão Solene, no plenário desta Casa, no dia 08 de março de 2017, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no Art. 68 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação de Sessão Solene, no dia 08 de março do corrente ano, com vistas a homenagear o Dia Internacional da Mulher e refletir sobre seu significado.

JUSTIFICAÇÃO

Desde que Clara Zetkin propôs a criação de um dia internacional unificado de luta das mulheres, durante a Segunda Conferência Nacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, na Dinamarca, em 1910, a realidade das mulheres sofreu inúmeras transformações, mas a opressão e a violências sexista persistem.

Após a adoção da data pelas Nações Unidas, a partir da declaração do ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, e das ações

realizadas globalmente, com vistas a incentivar os governos dos países a adotarem medidas para assegurar e ampliar suas conquistas sociais, políticas e econômicas, muitos avanços foram registrados.

No Brasil, a repercussão do Ano Internacional da Mulher impactou diretamente a luta das mulheres pelo fim da ditadura e sua participação no processo da Constituinte, garantindo a inserção de boa parte de suas demandas na Constituição Cidadã de 1988.

Nas décadas de 80 e 90, as mulheres brasileiras buscaram, para além dos avanços legais, a estruturação de serviços públicos e a formulação de políticas voltadas, sobretudo, ao enfrentamento da violência. A partir de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi possível ampliar esse recorte temático para outras áreas, a exemplo de trabalho e autonomia econômica, participação política, etc.

Foi a partir da criação da SPM, ainda no primeiro mandato do Governo Lula, e de organismos de mulheres nas esferas estaduais e municipais, que conseguimos realizar quatro Conferências Nacionais, a partir das quais foram elaborados dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres; implementar o Pacto Nacional de enfrentamento à Violência, com adesão dos estados; criar o Programa “Mulher Viver sem Violência, que possibilitou a construção de quatro Casas da Mulher Brasileira, com integração dos serviços da rede de atendimento, organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual, implantação e manutenção de Centros Especializados de Atendimento às Mulheres, além da realização de campanhas continuadas de conscientização e da aquisição de unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo.

Também foi sob o comando da SPM que ocorreu a ampliação e internacionalização do Ligue 180. Por articulação da Secretaria, foram criadas diretorias da mulher em outros Ministérios, a exemplo do MDA, e foi inserido o recorte de gênero em diversas políticas setoriais, como saúde, educação, habitação, etc. Por fim, há que se registrar que a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, dois dos principais instrumentos de enfrentamento à violência

contra as mulheres no Brasil, foram aprovadas com participação decisiva da SPM.

Por tudo isso, o desmonte da Secretaria e o recuo na própria participação das mulheres no alto escalão do Governo ilegítimo de Michel Temer, representam um enorme retrocesso para as mulheres, tanto no plano simbólico quanto no plano material.

Mas os ataques aos direitos das mulheres não se limitam ao Poder Executivo. Em sua atual composição, o Congresso Nacional, especialmente nas duas últimas legislaturas, tem intensificado a ofensiva fundamentalista, que visa barrar o avanço da discussão sobre os direitos das mulheres, especialmente no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos. Mais recentemente, o esforço concentrado tem sido para barrar qualquer projeto que faça menção ao termo gênero. São parte dessa ofensiva os projetos conhecidos como “Estatuto do Nascituro”, “Estatuto da Família” e “Escola Sem Partido”. A baixa representatividade das mulheres, tanto na Câmara quanto no Senado é uma das razões para que as pautas de interesse das mulheres sejam proteladas, invisibilizadas e não tenham força para avançar.

A recente aprovação da PEC que limita o teto de gastos e, conseqüentemente, o investimento em políticas e serviços públicos; e as propostas de reforma previdenciária e trabalhista, em tramitação na Casa, que visam cassar o direito à aposentadoria da maioria das brasileiras e brasileiros e precarizar ainda mais as relações de trabalho, também ferem violentamente as conquistas das mulheres.

O quadro acima indica que apesar do longo caminho percorrido, temos muitas outras lutas pela frente, seja pela manutenção dos direitos já conquistados, seja por novas conquistas, pois as questões que afetam diretamente a vida das mulheres ainda são as mesmas. A desigualdade salarial, a divisão sexual do trabalho, a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, a inserção das mulheres na política e a ampliação de sua presença nos espaços de poder e decisão, o combate às diversas formas de

violência contra as mulheres, a mercantilização de nossos corpos e de nossas vidas e a estereotipação de nossa imagem na mídia, são pautas que seguem atuais.

Por tudo isso, devemos homenagear o Dia Internacional da Mulher, recuperando seu significado histórico, fortalecendo a resistência contra os retrocessos e alimentando o sonho de uma igualdade real e da liberdade definitiva. Contamos com o apoio dos nobres pares para aprovar o presente requerimento.

Sala das Sessões, 09 de fevereiro de 2017

Deputada Ana Perugini

PT-SP

Deputada Benedita da Silva

PT-RJ

Deputada Érika Kokay

PT-DF

Deputada Luizianne Lins

PT-CE

Deputada Margarida Salomão
PT-MG

Deputada Maria do Rosário
PT-RS